

DECLARAÇÃO DE ADESÃO

EMPRESAS, ENI, IPSS, associações sem fins lucrativos e entidades da economia social

MORATÓRIA

Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, na sua versão atual

(Estabelece medidas excepcionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19)

Denominação Social / Nome:

Sede Social / Domicílio:

NIPC / NIF:

Cliente N.º:

Pretendemos aderir à Moratória do Estado (Geral), nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, na sua versão consolidada e demais regulamentação que venha a ser aprovada para o efeito, por referência às operações de crédito que mantemos em curso junto do Bankinter, S.A. – Sucursal em Portugal (adiante designado abreviadamente por “Bankinter”).

Assim:

Solicitamos que o Bankinter enquadre no regime jurídico da Moratória do Estado (Geral) contendo medidas excepcionais de suspensão temporária de cumprimento das obrigações emergentes das operações de crédito, todas as operações de crédito de que somos Entidade Beneficiária e se mostrem enquadráveis, permitindo ao Bankinter a sua expressa designação a final, incluindo para quaisquer outros efeitos que se revelem necessários ou convenientes, passando as mesmas a beneficiar:

- ☐ Suspensão (carência) pelo prazo de 9 (nove) meses contados do pedido de adesão ou, caso não seja possível, pelo prazo máximo legalmente permitido e prorrogação, por um período igual ao prazo de vigência da presente medida, nos seguintes termos:
Até 31.03.2021 – Carência de capital e juros, com capitalização destes últimos;
A partir de 01.04.2021 – Carência de capital, com pagamento de juros.

ou

- ☐ Suspensão (carência) de capital com pagamento de juros, pelo prazo de 9 (nove) meses contados do pedido de adesão ou, caso não seja possível, pelo prazo máximo legalmente permitido e prorrogação, por um período igual ao prazo de vigência da presente medida.

Empresas dos setores mais afetados pela pandemia COVID-19

Caso a Empresa corresponda a uma Entidade Beneficiária cuja atividade principal está abrangida pela lista de códigos de atividade económica (CAE) constante em anexo e tenha optado pela suspensão (carência) de capital e juros beneficiará desta medida (carência de capital e juros) durante o período de vigência da moratória.

A Empresa dispõe ainda de uma extensão automática da maturidade dos seus créditos, pelo período de 12 (doze) meses, que acresce ao período em que esses créditos foram diferidos por efeitos do presente regime.

Caso pretenda beneficiar de condições diferenciadas por linha de crédito, solicitamos que antecipadamente contacte o seu Gestor.

Caso queira excluir Contratos de Financiamentos / Operações de Crédito da presente Declaração de Adesão, queiram por favor identificar de seguida:

Tipologia	N.º Contrato

Declaramos que cumprimos todos os requisitos legais, de verificação cumulativa, de que tomámos antecipado conhecimento e de que depende a atribuição da Moratória do Estado (Geral) e constantes da Nota Informativa que nos foi disponibilizada, igualmente disponível no site institucional do Bankinter no seguinte endereço: www.bankinter.pt e que confirmamos estarem integralmente verificados:

Se ENI (Empresário em Nome Individual) / Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) / Associação sem Fins Lucrativos e demais entidades da economia social, com exceção daquelas que se encontrem sujeitas a supervisão ao abrigo do Código das Associações Mutualistas (1) (Assinalar com X):

- ☐ Cliente com sede em Portugal e exerça a sua atividade económica em Portugal;
- ☐ Cliente que, a 1 de janeiro de 2021, não esteja em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto da instituição, ou estando, não cumpra o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018 e não se encontre em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou naquela data esteja já em execução por qualquer uma das instituições;

Relativamente à situação perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social (*caso se verifique mais do uma situação assinalar as que sejam aplicáveis*):

- ☐ Cliente tenha a situação regularizada na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social; ou
- ☐ Cliente tenha uma situação irregular cuja dívida seja um montante inferior a 5.000 (euro); ou
- ☐ Cliente tenha em curso processo negocial de regularização do incumprimento; ou
- ☐ Cliente realize pedido de regularização da situação até à data da comunicação da adesão.

(1) (...) *exceto aquelas que reúnam os requisitos previstos no artigo 136.º do Código das Associações Mutualistas, aprovado em anexo ao [Decreto-Lei n.º 59/2018](#), de 2 de agosto, que, à data de publicação do presente decreto-lei, preencham as condições referidas nas alíneas c) e d) do n.º 1 e tenham domicílio ou sede em Portugal.*

Se Micro, Pequena ou Média Empresa (Assinalar com X):

- ☐ Cliente com sede em Portugal e exerça a sua atividade económica em Portugal;
- ☐ Cliente classificado como microempresa, pequena ou média empresa de acordo com a Recomendação 2003/361/CE da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003;
- ☐ Cliente que, a 1 de janeiro de 2021, não esteja em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto da instituição, ou estando, não cumpra o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018 e não se encontre em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou naquela data esteja já em execução por qualquer uma das instituições;

Relativamente à situação perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social (*caso se verifique mais do uma situação assinalar as que sejam aplicáveis*):

- ☐ Cliente tenha a situação regularizada na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social; ou
- ☐ Cliente tenha uma situação irregular cuja dívida seja um montante inferior a 5.000 (euro); ou
- ☐ Cliente tenha em curso processo negocial de regularização do incumprimento; ou
- ☐ Cliente realize pedido de regularização da situação até à data da comunicação da adesão.

Demais Empresas (excetuando as micro, pequenas ou médias empresas). (Assinalar com X):

- ☐ Cliente com sede em Portugal e exerça a sua atividade económica em Portugal;
- ☐ Cliente que, a 1 de janeiro de 2021, não esteja em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto da instituição, ou estando, não cumpra o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018 e não se encontre em situação de insolvência, ou suspensão ou cessação de pagamentos, ou naquela data esteja já em execução por qualquer uma das instituições;

Relativamente à situação perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social (*caso se verifique mais do uma situação assinalar as que sejam aplicáveis*):

- ☐ Cliente tenha a situação regularizada na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social; ou
- ☐ Cliente tenha uma situação irregular cuja dívida seja um montante inferior a 5.000 (euro); ou
- ☐ Cliente tenha em curso processo negocial de regularização do incumprimento; ou
- ☐ Cliente realize pedido de regularização da situação até à data da comunicação da adesão.

Sem prejuízo das obrigações declarativas assumidas, a Entidade Beneficiária procede nesta data à entrega da documentação comprovativa da regularidade da respetiva situação tributária e contributiva, nos termos antes mencionados e, sendo o caso, da documentação comprovativa da existência de processo negocial de regularização do incumprimento ou do requerimento do pedido de regularização, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março na sua versão consolidada.

Os dados recolhidos na Declaração de Adesão, bem como a informação coligida junto de bases de dados de terceiros, designadamente do Citius no Portal do Ministério da Justiça, para efeitos da sua corroboração, sendo que a mesma se justifique, destinam-se a permitir a análise da Moratória, nos termos dos critérios de acesso à mesma, viabilizando as alterações necessárias aos termos da relação contratual, entendendo-se como condição de legitimidade do tratamento: cumprimento de obrigação legal e execução de contrato.

Em caso de existência de Garantes (não intervenientes na presente Declaração de Adesão), confirmamos ter autorização dada pelos mesmos para apresentar o presente pedido e autorizamos o Bankinter a contactá-los para a obtenção de esclarecimentos, pedidos de documentação e/ou autorizações que se mostrem necessários.

Os pedidos de adesão terão de ser comunicados ao Bankinter até 31 de março de 2021.

Caso opte por assinatura(s) manuscrita(s)

Assinatura Entidade Beneficiária / Beneficiário

Nome e Qualidade do Legal Representante ou ENI	Nome e Qualidade do Legal Representante ou ENI

Caso opte pela assinatura digital

O presente documento será assinado via Assinatura Digital através de um parceiro de confiança (Multicert / Logalty) pelo que agradecemos que nos informe(m) qual a forma como pretende(m) ser alertado(s) para concluir o processo de assinatura (**assinalar com x** ✓):

- ☐ via email registado junto do Bankinter ou
- ☐ via SMS através do telemóvel registado junto do Bankinter

Assinatura Entidade Beneficiária / Beneficiário

Nome e Qualidade do Legal Representante ou ENI	Nome e Qualidade do Legal Representante ou ENI
(Assinatura digital / One Time Password através da plataforma MTrust da Multicert / Logalty)	(Assinatura digital / One Time Password através da plataforma MTrust da Multicert / Logalty)

Reservado ao Banco

Assinatura Bankinter, S.A. – Sucursal em Portugal

Assinatura Nome e Qualidade

Local _____, ____ de _____ de 2021

Esclarecimento quanto ao Prazo:

O prazo poderá ser inferior, relativamente aos contratos de crédito que já estiveram abrangidos por moratória em momento anterior a 30 de setembro de 2020, caso em que este limite de nove meses aplica-se ao período total durante o qual o contrato de crédito beneficiou de medidas de apoio.

Na comunicação do Bankinter será prestada a confirmação sobre o prazo de aplicação das medidas.

Anexos:

Caso proceda à junção de outro(s) documento(s) como anexo queira por favor assinalar o(s) mesmo(s):

- ☐ Declaração da Autoridade Tributária e Aduaneira
- ☐ Declaração da Segurança Social (ou sistema contributivo equivalente)
- ☐ Documentação comprovativa da existência de processo negocial de regularização do incumprimento ou do requerimento do pedido de regularização, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março na sua versão consolidada.

Listagem das Operações de Crédito abrangidas pela Moratória em vigor no Bankinter, a qual a par dos restantes anexos fica a constar como sua parte integrante para todos os efeitos legais (de junção pelo Banco).

Códigos de Atividade Económica (CAE) conforme anexo introduzido pelo Decreto-Lei n.º 78-A/2020, de 29 de setembro:

CAE	Designação
45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos.
46492	Comércio por grosso de livros, revistas e jornais.
47610	Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados.
47620	Comércio a retalho de jornais, revistas e artigos de papelaria, em estabelecimentos especializados.
47630	Comércio a retalho de discos, CD, DVD, cassetes e similares, em estabelecimentos especializados.
491	Transporte interurbano de passageiros por caminho -de -ferro.
492	Transporte de mercadorias por caminho -de -ferro.
493	Outros transportes terrestres de passageiros.
494	Transportes rodoviários de mercadorias e atividades de mudanças.
50	Transportes por água.
51	Transportes aéreos.
55	Alojamento.
56	Restauração e similares.
581	Edição de livros, de jornais e de outras publicações.
59	Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música.
60	Atividades de rádio e de televisão.
639	Outras atividades dos serviços de informação.
731	Publicidade.
74	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.
771	Aluguer de veículos automóveis.
79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas.
823	Organização de feiras, congressos e outros eventos similares.
85	Educação.
86	Atividades de saúde humana.
87	Atividades de apoio social com alojamento.
88	Atividades de apoio social sem alojamento.
90	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias.
91	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais.
93	Atividades desportivas, de diversão e recreativas.
94991	Associações culturais e recreativas.
96	Outras atividades de serviços pessoais.